

Diário do Legislativo de 04/11/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL TRABALHISTA (PSDB, PTB e PDT)

Líder: Mauri Torres

Vice-Líderes: Aílton Vilela, Álvaro Antônio, João Batista de Oliveira, Mauro Lobo e Olinto Godinho

2) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA (PPB, PSD e PSN):

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líderes: Dinis Pinheiro e Miguel Martini

3) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PMDB e PT)

Líder: Anderson Adauto

Vice-Líderes: Antônio Roberto, Maria José Haueisen e Paulo Pettersen

4) LIDERANÇA DO BLOCO LIBERAL (PFL e PL)

Líder: Wilson Pires

Vice-Líderes: Rêmolo Aloise e Ronaldo Vasconcelos

5) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Arnaldo Penna

Vice-Líderes: Carlos Pimenta, Tarcísio Henriques e Wanderley Ávila

6) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Bilac Pinto

Vice-Líder: Djalma Diniz

7) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Júlio

Vice-Líderes: Antônio Andrade e Arnaldo Canarinho

8) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

9) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Gilmar Machado

Vice-Líder: Durval Ângelo

10) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: Alencar da Silveira Júnior e Bené Guedes

11) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Paulo Schettino

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

12) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Miguel Barbosa

Vice-Líder: Dinis Pinheiro

13) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Ronaldo Vasconcellos

14) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

15) LIDERANÇA DO PSN:

Líder: Miguel Martini

16) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Péricles Ferreira

Vice-Líderes: José Bonifácio, José Braga e Sebastião Costa

17) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Ajalmar Silva

18) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças PFL Presidente

Deputado Ajalmar Silva PSDB Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado Sebastião Helvécio PPB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

SUPLENTE:

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado João Leite PSDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Anderson Adata PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado José Braga PDT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9 horas

EFETIVOS:

Deputado José Henrique PMDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado José Militão PSDB

Deputado José Braga PDT

SUPLENTE:

Deputado Toninho Zeitune PMDB

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Ajalmar Silva PSDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Ivair Nogueira PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 11 horas

EFETIVOS:

Deputado Hely Tarquínio PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

SUPLENTE:

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Anderson Adata PMDB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado José Braga PDT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Geraldo Nascimento PT Presidente

Deputado José Militão PSDB Vice-Presidente

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Leite PSDB

SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Ermano Batista PSDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Ivair Nogueira PDT Vice-Presidente

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

Deputado Agostinho Patrus PSDB

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado José Maria Barros PSDB Presidente

Deputado José Henrique PMDB Vice-Presidente

Deputado Gilmar Machado PT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTES:

Deputado João Leite PSDB

Deputado Anderson Aauto PMDB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Kemil Kumaira PSDB Presidente

Deputado Sebastião Helvécio PPB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado José Braga PDT

Deputado Durval Ângelo PT

SUPLENTES:

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Péricles Ferreira PSDB

Deputado Anderson Aauto PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Gilmar Machado PT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Irani Barbosa PSD Presidente

Deputado Ronaldo Vasconcellos PL Vice-Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

SUPLENTES:

Deputado Miguel Barbosa PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB Vice-Presidente

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputada Maria José Haueisen PT

SUPLENTES:

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Alberto Pinto Coelho PPB

Deputado José Maria Barros PSDB

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PPB Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Wilson Trópia PFL

SUPLENTES:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Wilson Pires PFL

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ronaldo Vasconcelos PL

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Marcos Helênio PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Olinto Godinho PTB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Wilson Trópia PFL

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Anivaldo Coelho PT

SUPLENTE:

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Raul Lima Neto PL

Deputado Marcos Helênio PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB Vice-Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Anderson Adatao PMDB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira PPB Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Raul Lima Neto PL

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

SUPLENTE:

Deputado Dimas Rodrigues PPB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado José Maria Barros PSDB

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATA

2.1 - 413ª Reunião Ordinária

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissão

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.570

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete da Deputada Isabel do Nascimento, a vigorar a partir de 4/11/98:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Técnico Executivo de Gabinete	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo	AL-34
Auxiliar Técnico Executivo	AL-34
Auxiliar Técnico Executivo	AL-34
Assistente Técnico de Gabinete	AL-29
Secretário de Gabinete	AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete	AL-10
Atendente de Gabinete	AL-05
Atendente de Gabinete	AL-05

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de outubro de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz.

ATA

ATA DA 413ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 29/10/98

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz e Francisco Ramalho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofício nº 11/98 (encaminhando o Projeto de Lei nº 1.951/98), do Procurador-Geral de Justiça do Estado - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 1.952/98 - Requerimentos nºs 2.701 a 2.707/98 - Requerimento da Deputada Maria José Haueisen - Comunicações: Comunicações da Comissão de Política Agropecuária e do Deputado Bilac Pinto (9) - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Ivo José, Maria José Haueisen, Raul Lima Neto e João Leite - Questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para o prosseguimento dos trabalhos - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Inexistência de número regimental para a votação da matéria em pauta - Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça sobre os Projetos de Lei nºs 1.728 e 1.772/98; encerramento da discussão - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97; discurso do Deputado Marcos Helênio; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para o prosseguimento dos trabalhos; prosseguimento do discurso do Deputado Marcos Helênio; questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para o prosseguimento da reunião; discurso do Deputado Marco Régis; questões de ordem; prosseguimento do discurso do Deputado Marco Régis; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para o prosseguimento dos trabalhos; encerramento da discussão - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Aduato - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Durval Ângelo - Ermano Batista - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Isabel do Nascimento - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria José Haueisen - Mauro Lobo - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Paulo Schettino - Pérciles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Ronaldo Vasconcelos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Tarcísio Henriques - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Ivo José, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Paulo Schettino, 1º-Secretário "Ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"OFÍCIO Nº 11/98*

Belo Horizonte, 19 de outubro de 1998.

Senhor Presidente:

Com elevada honra, encaminho a Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que dispõe sobre a fixação dos subsídios mensais dos membros do Ministério Público e dá outras providências, fazendo-o nos termos do artigo 127, § 2º, da Constituição Federal e dos artigos 10, IV, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e 18, VIII, da Lei Complementar Estadual nº 34, de 12 de setembro de 1993.

O Ministério Público de Minas Gerais solicita que a mensagem seja apreciada por essa augusta Assembléia Legislativa em regime de urgência.

Sendo o que se me apresenta, acresceto protestos de real apreço.

Epaminondas Fulgêncio Neto, Procurador-Geral de Justiça.

PROJETO DE LEI Nº 1.951/98

Dispõe sobre o subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Art. 1º - O Procurador-Geral de Justiça e os Procuradores de Justiça, para efeito dos artigos 39, parágrafo 4º, 127, parágrafo 2º, e 128, parágrafo 5º, alínea "c", da Constituição Federal, perceberão, como subsídio mensal, valor equivalente a 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) do teto estabelecido no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 2º - O subsídio mensal dos demais membros do Ministério Público obedecerá aos índices de escalonamento vertical previstos na lei orgânica do Ministério Público.

Art. 3º - As revisões dos subsídios mensais dos membros do Ministério Público serão feitas nos termos do artigo 127, parágrafo 2º, da Constituição Federal, observada a iniciativa de lei assegurada ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 4º - Os proventos dos membros do Ministério Público e as pensões devidas aos seus dependentes serão fixados de acordo com o valor do subsídio respectivo e serão revistos sempre que se modificar o valor devido àqueles que estejam em atividade, na mesma data e em idêntico percentual.

Art. 5º - Aos membros do Ministério Público é concedido um abono variável, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1998, correspondente à diferença entre a remuneração mensal atual de cada membro do Ministério Público e o valor do respectivo subsídio.

Parágrafo único - O abono previsto neste artigo extinguir-se-á a partir do dia em que vigorar o subsídio de que trata esta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir da data em que a lei prevista no artigo 48, inciso XV, da Constituição Federal também o fizer.

Art. 7º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público, que, se necessário, serão suplementadas.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa: A Emenda Constitucional nº 19, em vigor desde junho de 1998, modificou o regime do serviço público e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, bem como sobre seus servidores e agentes políticos.

Assim, o artigo 39, parágrafo 4º, da Constituição Federal passou a estabelecer que a remuneração para os membros de Poder, os detentores de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais será, exclusivamente, por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido o disposto no artigo 37, incisos X e XI, da Carta Constitucional.

Por sua vez, o artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal estabeleceu que a remuneração dos servidores em geral e os subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Assim, a norma do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal estabelece o teto para as remunerações e os subsídios no âmbito do serviço público.

O artigo 37, inciso X, da Carta Magna, estabelece que os subsídios tratados no artigo 39, parágrafo 4º, serão sempre fixados e alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Impõe, ainda, a norma constitucional, em seu artigo 37, inciso XIII, a vedação a todo tipo de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de pessoal do serviço público.

Atendendo ao comando do artigo 29 e aos princípios constitucionais consagrados na Emenda Constitucional nº 19, o presente projeto de lei objetiva fixar os subsídios mensais dos membros do Ministério Público de Minas Gerais.

O artigo 127, parágrafo 2º, da Constituição Federal assegura ao Ministério Público, no exercício de sua autonomia administrativa, funcional e financeira, a iniciativa privativa de lei que trate da elaboração de sua política remuneratória e dos planos de carreira. A própria Emenda Constitucional nº 19 incluiu norma no texto do artigo 127, parágrafo 2º, para assegurar ao Ministério Público, diante de sua autonomia, o estabelecimento da política remuneratória de seus membros e de seus servidores.

Por sua vez, o artigo 7º do projeto diz que as despesas correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas, por lei, ao Ministério Público, que serão suplementadas, em razão de eventual necessidade consequente da adaptação da legislação estadual ao novo comando constitucional.

Por fim, fixados os subsídios, revogam-se as disposições legais que definiam as formas de remuneração dos membros do Ministério Público, ativos e inativos, e de pensões devidas aos seus dependentes."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Manoel Geraldo Dayrell, Chefe de Gabinete da CODEVASF, encaminhando cópia de termo aditivo ao convênio firmado entre a CODEVASF e o IBAMA. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Fernando Antônio Rodríguez, Secretário de Recursos Hídricos (5), encaminhando cópia dos convênios celebrados pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal com a SUDENE e o Governo do Estado; e com o IEF e o Governo do Estado; e com o Governo do Estado, todos acompanhados dos respectivos planos de trabalho e da publicação no "Diário Oficial da União"; e cópia dos termos aditivos aos convênios relacionados, celebrados com o Governo do Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Aluizio Fantini Valério, Presidente da RURALMINAS, encaminhando relação de processos rurais a serem titulados administrativamente por essa Fundação, de acordo com a Emenda à Constituição nº 34, de 8/7/98. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da CEF, (6), dando ciência da liberação de recursos financeiros destinados ao Estado e à COPASA-MG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Humberto Ferreira de Carvalho Neto, Delegado Federal Substituto da Delegacia Federal de Agricultura em Minas Gerais (3), enviando cópias de extratos dos termos aditivos a convênios firmados entre o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e a Associação dos Criadores de Gado Holandês de Minas Gerais, e entre esse Ministério e o Colégio Brasileiro de Reprodução Animal, publicados no "Diário Oficial da União" de 8/10 e 23/9/98, em cumprimento ao disposto no art. 116, § 6º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e nas Portarias nºs 99, de 1994, e 607, de 1996. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. Frederico Carlos Carvalho Soares, Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, encaminhando cópia do convênio e do termo aditivo celebrados entre essa Fundação e a Secretaria da Saúde. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Mário Jorge de Carvalho Lima, Secretário Executivo da Comissão Gestora do Programa Emergencial de Frentes Produtivas do Ministério do Planejamento e Orçamento, encaminhando cópia do convênio firmado entre a SUDENE e o Governo do Estado, para implementar o Programa Emergencial de Frentes Produtivas nos meses de setembro e outubro. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Dos Srs. Ronan Ramos de Oliveira, Chefe do Cerimonial do Governo do Estado, em nome do Governador do Estado, e João Paulo Pires Vasconcelos, Assessor Especial do Governo para Assuntos Sindicais, agradecendo convite para a reunião especial em homenagem ao Comandante José Afonso Assumpção, Presidente da Líder Táxi Aéreo.

Da Sra. Patrícia Carvalho Brandão Ataíde Ribeiro, Superintendente de Planejamento e Coordenação da Secretaria da Saúde, agradecendo as sugestões enviadas pela Casa referentes à regionalização desse órgão. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Antônio Luiz Musa de Noronha, Diretor Superintendente de Orçamento da Secretaria do Planejamento, encaminhando o "Relatório do Controle do Limite Orçamentário". (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Cel.-QOR Sebastião Lucas Filho, Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Grande - AMVALE -, encaminhando o relatório de atividades da AMVALE relativo a agosto de 1998. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Sr. Manoel Pereira Bernardes, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, encaminhando o "Termômetro de Vendas" do mês de agosto. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Da Sra. Maria Iramaia Oliveira Cunha, funcionária pública da Prefeitura Municipal de Ouro Branco, encaminhando cópia de ofício enviado ao Comandante da 65ª Cia. da PMMG, em que solicita sejam tomadas providências em relação ao fato de seu cargo ter sido posto em disponibilidade pelo Prefeito daquela cidade em função de denúncias mal-apuradas contra ela. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Francisco Ramalho) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.952/98

Declara de utilidade pública a Fundação de Ensino Técnico e Pesquisa de Informática de Uberaba, com sede no Município de Uberaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação de Ensino Técnico e Pesquisa de Informática de Uberaba, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1998.

Paulo Píau

Justificação: A Fundação de Ensino Técnico e Pesquisa de Informática de Uberaba, com sede na cidade de Uberaba, na Rua Governador Valadares, 43, foi instituída no dia 25/10/93, tendo sido registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Uberaba, com o nº 33.500 do protocolo A2, pág. 070, registrado no livro A de pessoas jurídicas, sob o nº de ordem 929, datado de 27/5/94, juntamente com o despacho do Promotor Curador das Fundações da Comarca de Uberaba, datado de 19/5/94.

A referida Fundação foi instituída com o principal objetivo de atender às pessoas carentes de Uberaba e região.

De acordo com o estatuto da entidade, sua área de atuação não será restrita apenas ao ensino de informática. Procurará atender também a outros setores ligados à educação, até mesmo com a encampação de cursos de ensino fundamental, médio e superior.

Para atendimento dessas finalidades, foi firmado convênio de mútua cooperação com o Colégio São Judas Tadeu, para realização de trabalhos em setores do Colégio, como a secretaria; o controle de entrada de alunos por meio de catracas eletrônicas; folha de pagamento, etc.; cursos para alunos desde o Pré-Escolar I até a 8ª série do ensino fundamental; cursos para pais de alunos e suporte técnico para o Curso Especial de Aproveitamento de Estudos de Contabilidade, enfatizando as disciplinas de Contabilidade e Custos, Processamento de Dados e Organização e Técnicas Comerciais.

Em 27/6/96, foi feito convênio com a Prefeitura Municipal de Uberaba para dar atendimento gratuito a 112 alunos indicados pela administração pública. Em 1997, foram atendidos cerca de 200 alunos, também indicados pela Prefeitura, sendo novamente beneficiados os alunos do PROBEM. No início de 1998, além dos alunos do PROBEM, a Fundação passou a atender também os pais dos alunos, propiciando, assim, melhor condição de trabalho futuro para os pais.

Para dar continuidade ao atendimento às pessoas de menor ganho salarial, oferecendo sempre cursos gratuitos, faz-se necessário que a Fundação de Ensino Técnico e Pesquisa de Informática de Uberaba seja reconhecido de utilidade pública, para que possa buscar junto a entidades públicas e privadas apoio a realização de seus trabalhos sociais.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.701/98, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo à Promotoria da Vara de Execução Penal, com vistas a que seja feita a transferência do Sr. Richard Rodrigues do Nascimento da Penitenciária de Unai para uma penitenciária próxima de Belo Horizonte.

Nº 2.702/98, do Deputado João Leite, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Justiça e de Direitos Humanos, com vistas a agilizar a análise do caso referente ao livramento condicional do Sr. Édson David, recluso na Penitenciária José Maria Alkmin, no Município de Ribeirão das Neves.

Nº 2.703/98, do Deputado João Leite, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Justiça e de Direitos Humanos, com vistas a que seja feita a transferência do Sr. Waldir Augusto de Lima da Penitenciária Francisco Floriano de Paula, no Município de Governador Valadares, para a Penitenciária de Teófilo Ottoni.

Nº 2.704/98, do Deputado João Leite, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Justiça e de Direitos Humanos, com vistas a que seja feita a transferência do Sr. Ruy Lacerda Filho da Penitenciária Francisco Floriano de Paula, no Município de Governador Valadares, para uma penitenciária de Juiz de Fora.

Nº 2.705/98, do Deputado João Leite, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Justiça e de Direitos Humanos, com vistas a que seja feita a transferência de Valdete Divino Mendes da Luz da Penitenciária Francisco Floriano de Paula, no Município de Governador Valadares, para uma penitenciária da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Nº 2.706/98, do Deputado João Leite, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Justiça e de Direitos Humanos com vistas a que seja feita a transferência de Sebastião Carlos Tolomeu da Penitenciária Francisco Floriano de Paula, no Município de Governador Valadares, para a Penitenciária de Linhares, no Município de Juiz de Fora. (- Distribuídos à Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 2.707/98, do Deputado Marcos Helênio, solicitando seja consignado nos anais da Casa o parecer do Prof. Raul Machado Horta sobre a matéria de que trata a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97. (- À Mesa da Assembléia.)

Da Deputada Maria José Hauelsen, solicitando sejam convidadas as pessoas por ela citadas para prestar esclarecimentos na Comissão de Fiscalização Financeira sobre o impacto da Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97 nas contas públicas estaduais.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Política Agropecuária e do Deputado Bilac Pinto (9).

Oradores Inscritos

- Os Deputados Ivo José, Maria José Hauelsen, Raul Lima Neto e João Leite proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, já que essa matéria é importante, solicito de V. Exa. o encerramento da reunião, pois podemos verificar, de plano, que não há "quorum" para prosseguimento dos trabalhos.

O Deputado José Militão - Sr. Presidente, solicito que seja feita a chamada para recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência determina ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Deputado Arnaldo Penna) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 34 Deputados. Portanto, há "quorum" para a continuação dos trabalhos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a essa parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Política Agropecuária - aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 2.676/98, do Deputado Geraldo Rezende (Ciente. Publique-se.), e pelo Deputado Bilac Pinto (9) - indicação dos Deputados Rêmolo Aloise para membro suplente da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 120 Dias, Apurar a Entrada de Medicamentos Falsos na Rede Hospitalar Pública e Privada; Wilson Pires, para membro suplente da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23/96, Sebastião Navarro Vieira, para membro suplente da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 29/96; Wilson Pires, para membro suplente da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97; Wilson Trópia, para membro efetivo da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 38/97; Sebastião Navarro Vieira, para membro efetivo da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/97; Paulo Piau, para membro efetivo da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 44/97; Wilson Trópia, para membro suplente da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 52/98; Wilson Pires, para membro suplente da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 54/98 (Ciente. Designo. A Área de Apoio às Comissões e cópia às Lideranças.).

O Sr. Presidente - A Presidência, tendo em vista o resultado da chamada para recomposição de "quorum", feita antes da leitura das comunicações, verifica que não há "quorum" para a votação e passa à discussão da matéria em pauta.)

Discussão de Pareceres

- A seguir, têm sua discussão encerrada os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 1.728 e 1.772/98.

2ª Fase

O Sr. Presidente - A Presidência passa à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 1.441/97, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, e os Projetos de Lei nºs 1.269 e 1.403/97, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97, do Deputado Ermano Batista, que dá nova redação ao art. 180 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Com a palavra, o Deputado Ivo José, que disporá de 45 minutos para o seu pronunciamento. (- Pausa.) Na sua ausência, com a palavra, o Deputado Marcos Helênio.

- O Deputado Marcos Helênio profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, gostaria de solicitar de V. Exa. o encerramento, de plano, desta reunião, uma vez que não há número suficiente de Deputados para a continuação dos trabalhos.

O Deputado Sebastião Helvécio - Lamentando o procedimento do Deputado Raul Lima Neto, que interrompe o belo pronunciamento do Deputado Marcos Helênio, solicito a recomposição de "quorum", a fim de que possamos continuar ouvindo o ilustre orador.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai determinar ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Deputado Álvaro Antônio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 35 Deputados. Portanto, há "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos. Continua com a palavra, para discutir a proposta, o Deputado Marcos Helênio.

- O Deputado Marcos Helênio prossegue seu discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Marcos Helênio - Antes de concluir, solicito o encerramento da reunião. Não há condição de prosseguirmos, porque não há "quorum" suficiente.

O Sr. Presidente - A Presidência, tendo em vista a importância da matéria em pauta, determina ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Deputado Dilzon Melo) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 32 Deputados. Portanto, há "quorum" para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir a proposta, o Deputado Marco Régis.

- O Deputado Marco Régis profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado Ivo José - Deputado Marco Régis, gostaria de interromper a sua eloquente argumentação, lamentando a interrupção, mas não há "quorum" que permita dar atenção ao discurso de V. Exa., e solicito ao nobre Presidente o encerramento, de plano, da reunião, uma vez que não temos condições de prosseguir os nossos trabalhos.

O Deputado Sebastião Helvécio - Sr. Presidente, sobre o pronunciamento do Deputado Marco Régis, é muito inteligente, profundo e tem sido de uma importância especial para decidir a nossa postura em relação a esta proposta de emenda constitucional.

Ainda mais que estamos percebendo que o nobre Deputado tem encaminhado com muito poder de síntese a importância desse assunto para a sociedade mineira. É desejo dos Deputados continuarem ouvindo a tão ilustrada palestra. Solicitamos a recomposição de "quorum" para que possamos ouvir as palavras do nobre Deputado Marco Régis.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai determinar ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a recomposição de "quorum".

O Deputado Agostinho Patrús - Sr. Presidente, acho isso desnecessário. Temos 26 Deputados presentes em Plenário.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a presença de 26 Deputados em Plenário. Portanto, há "quorum" para o prosseguimento dos trabalhos.

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, no momento em que solicitei o encerramento da reunião, tínhamos, neste Plenário, 14 Deputados. Não foi sem observar que fizemos esse pedido.

O Sr. Presidente - Antes que a Presidência fizesse a recomposição de "quorum", os Deputados retornaram ao Plenário. Como foi verificada a presença de 26 Deputados, continua com a palavra o Deputado Marco Régis.

- O Deputado Marco Régis prossegue seu discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, antes de conceder o próximo aparte, solicito verificação de "quorum", pois não temos, em Plenário, número suficiente de Deputados para prosseguimento dos trabalhos.

O Deputado José Militão - Sr. Presidente, como V. Exa. pode verificar, não é preciso pedir a verificação de "quorum", porque temos mais de 26 Deputados presentes. Por outro lado, o tempo do Deputado já se encontrava esgotado, quando ele pediu a questão de ordem.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a presença de 26 Deputados em Plenário, portanto há "quorum" para prosseguimento dos trabalhos.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Gostaria que fossem identificados os Deputados presentes no momento em que foi feita, de plano, a verificação de "quorum".

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, o Deputado que pediu a verificação estava ausente. Então, não tem esse direito, porque estava lá fora.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Não é possível nem aceitável fraude na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, especialmente quando ...

O Deputado Agostinho Patrús - Sr. Presidente, esta Casa confia na decisão de V. Exa., que, como Presidente, assume a instituição.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, solicito que sejam citados os Deputados ...

O Sr. Presidente - Está com a palavra o Deputado Agostinho Patrús.

O Deputado Agostinho Patrús - Não há necessidade de que os Deputados sejam identificados. Isso é uma afronta à Presidência.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sob pena de esta Casa ficar sob suspeição, Sr. Presidente.

O Deputado Agostinho Patrús - Confirme a decisão de V. Exa., Sr. Presidente.

O Deputado Carneiro Leão - A decisão somente será válida se os nomes dos Deputados forem citados para o conhecimento do Estado de Minas Gerais. Antes disso, foi solicitada à Presidência a verificação de "quorum". Estou solicitando à Presidência, para que ele seja confiável, o nome dos Deputados presentes.

O Sr. Presidente - A Presidência, para sanar a dúvida, vai determinar ao Sr. Secretário que faça a chamada para a recomposição do "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Deputado Ivo José) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 30 Deputados. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que a TV Assembléia estará inaugurando a transmissão por meio de satélite para os Municípios de Caratinga, Governador Valadares e Montes Claros, no dia 5 de novembro, quinta-feira, e convida os Deputados para comparecerem aos atos de inauguração, que ocorrerão nas Prefeituras dos citados municípios, nos seguintes horários: Caratinga, às 16 horas; Governador Valadares, às 18 horas; Montes Claros, às 20 horas; neste município, a transmissão já está ocorrendo pelo Canal 30.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, ficando desconvocada a extraordinária marcada para hoje, às 20 horas, e convocando os Deputados para a ordinária da próxima terça-feira, dia 3 de novembro, às 14 horas, com a seguinte ordem dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97, do Deputado Ermano Batista, que dá nova redação ao art. 180 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/98, do Deputado Romeu Queiroz, que altera os arts. 73, 74, 155, 157 e 158 da Constituição mineira e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a destinação de recursos para o cumprimento de propostas prioritizadas em audiências públicas regionais, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.614/98, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que acrescenta dispositivo à Lei nº 12.708, de 29/12/97, que dispõe sobre o Programa de Fomento de Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.112/97, do Deputado José Bonifácio, que altera dispositivos da Lei nº 10.561, de 27/12/91, que dispõe sobre a política florestal no Estado. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 1 a 4.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para os passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais. A Comissão de Direitos Humanos perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.186/97, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a proibição do uso dos cerrados e cerrados secundários do domínio estadual para fins de carvoejamento. A Comissão do Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.442/97, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o poder público comunicar a requisição de força policial para reintegração de posse nos casos e nas condições que especifica. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 36/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que altera a composição do Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que trata o art. 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93, que relaciona os municípios que compõem o Colar Metropolitano. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33/98, do Deputado Antônio Júlio, que dá nova redação ao art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.424/97, da Deputada Maria José Hauiesen, que determina o pagamento de indenizações às vítimas de torturas praticadas nas dependências do extinto DOPS. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Justiça, e 1, da mesma comissão, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nº 2 e 3, da Comissão de Justiça, e a Subemenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.470/97, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 11, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 11, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 7 e 9 a 11, da Comissão de Justiça; opina, ainda, pela rejeição da Emenda nº 8, da referida Comissão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.569/97, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, dos exames para diagnóstico da AIDS às gestantes atendidas pela rede pública. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.640/98, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre procedimentos preventivos relativos a obras de arte na construção civil e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização

Financeira opinam por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.701/98, da CPI do IPSEMG, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.709/98, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre o atendimento preferencial do idoso nos diferentes níveis de atenção à saúde no SUS-MG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.800/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.465/97, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre medidas educativas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência, o uso de drogas e as doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.485/97, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que especifica ao Município de Divinópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.584/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que cria a Campanha Estadual de Prevenção de Acidente Doméstico. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.645/98, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 12.735, de 30/12/97, que dispõe sobre o IPVA e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 4/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 5/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 5/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 557/95, do Deputado Marcos Helênio.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.414/97, da Deputada Elbe Brandão; 1.675/98, do Deputado José Maria Barros.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.669/98, do Deputado Péricles Ferreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 5/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 4/11/98, destinadas, a primeira, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado; 48/97, do Deputado Ermano Batista, que dá nova redação ao art. 180 da Constituição do Estado, e 53/98, do Deputado Romeu Queiroz, que altera os arts. 73, 74, 155, 157 e 158 da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; dos Projetos de Lei Complementar nºs 33/98, do Deputado Antônio Júlio, que dá nova redação ao art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/52, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, e 36/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que altera a composição do Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte; e dos Projetos de Lei nºs 1.614, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que acrescenta dispositivo à Lei nº 12.708, de 29/12/97, que dispõe sobre o Programa de Fomento de Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado e dá outras providências; 1.112/97, do Deputado José Bonifácio, que altera dispositivos da Lei nº 10.561, de 27/12/91, que dispõe sobre a política florestal no Estado; 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para os passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais; 1.186/97, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a proibição do uso dos cerrados e cerrados secundários do domínio estadual para fins de carvoejamento; 1.442/97, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o poder público comunicar a requisição de força policial para reintegração de posse nos casos e nas condições que especifica; 1.424/97, da Deputada Maria José Hauelsen, que determina o pagamento de indenizações às vítimas de torturas praticadas nas dependências do extinto DOPS; 1.470/97, do Deputado Durval Angelo, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.569/97, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, dos exames para diagnóstico da AIDS às gestantes atendidas pela rede pública; 1.800/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o imóvel que especifica; 1.465/97, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre medidas educativas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência, o uso de drogas e as doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências; 1.485/97, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que especifica ao Município de Divinópolis; 1.584/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que cria a Campanha Estadual de Prevenção de Acidente Doméstico, e 1.645/98, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 12.735, de 30/12/97, e à discussão e à votação de pareceres de redação final; e a segunda, à apreciação da matéria constante na pauta da primeira, acrescida dos Projetos de Lei nºs 1.398/97, da CPI do Sistema Penitenciário, que altera a Lei nº 11.660, de 2/12/94, que reorganiza o Departamento Estadual de Obras Públicas e dá outras providências; 1.423/97, da Deputada Maria José Hauelsen, que proíbe a exigência e a divulgação de requisitos discriminatórios em editais ou anúncios publicitários de chamamento para concursos ou seleção de pessoal; 1.640/98, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre procedimentos preventivos relativos a obras de arte na construção civil e dá outras providências; 1.701/98, da CPI do IPSEMG, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG; 1.708/98, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a realização de testes vocacionais par alunos das escolas públicas estaduais, e 1.709/98, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre o atendimento preferencial do idoso nos diferentes níveis de atenção à saúde no SUS-MG e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de novembro de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

5ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 120 Dias, Apurar a Entrada de Medicamentos Falsos na Rede Hospitalar Pública e Privada, bem como a Comercialização dos Mesmos no Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Roberto, Carlos Pimenta, Sebastião Helvécio, Adelmo Carneiro Leão, Alencar da Silveira Júnior e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/11/98, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Geraldo Caldeira, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Cláudio de Souza, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; Ricardo de Menezes Macedo, Presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais; e Júlio César Martins Siqueira, Superintendente da Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 1998.

Wilson Pires, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

AQUI

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 28/10/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97; e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.570, de 1998, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete da Deputada Isabel do Nascimento

nomeando Agostinho Morais de Oliveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39;

nomeando Ana Cláudia Rodrigues Batista para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10;

nomeando Antônio Carlos Silva Nunes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Bittencourt Leon Denis de Oliveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39;

nomeando Hugo Leonardo Denis de Oliveira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34;

nomeando José Alberto da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10;

nomeando Márcia Viana Lopes Moreira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Nilton Soares Muniz para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34;

nomeando Profásio da Terra Pereira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

nomeando Wesley Thomaz dos Reis para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34;

nomeando Wilmontes Silvestre Pereira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, observado o disposto na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, e no art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.090, de 17/12/90, e a Lei nº 9.532, de 30/12/87, aplicada nesta Assembléia Legislativa por força do art. 21 da Lei nº 9.592, de 14/6/88, e à vista do disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 26/10/98, Aginaldo José Costa, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.090, de 17/12/90, observado o art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 14/9/98, a servidora Maria da Conceição Machado, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 27/10/98, o servidor Carlos Eduardo Bernardes de Faria, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Termo Aditivo

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciados: Ronaldo Magalhães de Souza Lima e Carlos Roberto Martins. Objeto: assistência odontológica. Objeto deste aditivo: alteração. Vigência: a partir da assinatura.

Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciados: Ismael Teixeira Antunã e Beatriz Teixeira Siqueira. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Licitação: inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Vigência: a partir da assinatura.

Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciados: Manoel Mourão de Oliveira Pena e Edna Rodrigues Torres. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Licitação: inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Vigência: a partir da assinatura.

Termo de Contrato

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Xerox do Brasil Ltda. Objeto: contratação de serviços de cópias reprográficas. Vigência: 12 meses, a partir de 3/11/98. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Licitação: Tomada de Preços nº 3/98.